

AS TEORIAS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL: MAIS ALÉM DO EUROCENTRISMO

THE REGIONAL INTEGRATION THEORIES: BEYOND EUROCENTRISM

Armstrong Pereira da Silva¹
Universidade Federal da Integração Latino-americana, Brasil

RESUMO

Este texto é uma resenha do livro “*Las teorías de la Integración regional: más allá del eurocentrismo*” escrito por Briceño Ruiz e publicado em 2018 pelo “*Centro de Pensamiento Global*”. O livro representa o coroamento da evolução das ideias desse autor, em que ele não só valoriza as *práxis* e as teorias do Sul Global, como também expressa a sua crítica às interpretações e aplicações acríicas da teoria europeia no entendimento de outras iniciativas de integração regional nos levando a crer que esta obra represente um ponto de interseção entre a disciplina de Regionalismo Internacional e o movimento vanguardista decolonial que também questiona o eurocentrismo a partir da Geopolítica do Conhecimento e Colonização do Saber.

PALAVRAS-CHAVE: Integração Regional; Regionalismo; Eurocentrismo; Sul Global; Briceño Ruiz.

ABSTRACT

This paper is a review of the book “*Las teorías de la Integración regional: más allá del eurocentrismo*” written by Briceño Ruiz and published in 2018 by “*Centro de Pensamiento Global*”. The book represents the evolution of the author's ideas, where he not only values the praxis and the theories of the Global South, but also expresses his criticism of the uncritical understandings and applications of European theory in the comprehension of other regional integration initiatives. This lead us to believe that this author's work represents a point of the intersection between the discipline of International Regionalism and the decolonial movement that also questions Eurocentrism from the Geopolitics of Knowledge and the Colonization of Knowledge.

KEY-WORDS: Regional Integration; Regionalism; Eurocentrism; Global South; Briceño Ruiz.

¹ Mestrando do “Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina” da Universidade Federal da Integração Latino-americana. Funcionário da Assessoria de Planejamento e Gestão da Diretoria de Superintendência da Fundação Parque Tecnológico Itaipu-Brasil. *E-mail*: armstron3@hotmail.com.

A integração da Europa Ocidental, por ter avançado como nenhuma outra região internacional, tornou-se o referencial - econômico, político e social - das teorias integracionistas desenvolvidas no âmbito da Economia, Ciência Política, Sociologia e Relações Internacionais. Os aportes do estruturalismo francês, do federalismo, do funcionalismo, do neofuncionalismo, do intergovernamentalismo e do construtivismo assumiram o rol disciplinar do debate sobre o regionalismo e integração regional, sendo instrumentalizados em arranjos regionais para além do velho continente europeu.

Jacob Viner, Bela Balassa, Haas, Schmitter, Hoffmann, Moravcsik, Mattli e Rosamond, além de serem *mainstream* na Europa, tornaram-se referencial teórico para a explicar e avaliar empiricamente as iniciativas regionalistas e de integração no Sul Global. Esse fenômeno fez que com que a experiência europeia se tornasse o “centro”, e as iniciativas desenvolvidas nas periferias fossem relegadas a um segundo plano, por natureza “periférico”, apagando *práxis* contemporâneas à europeia e subestimando teorizações regionalistas que versassem sobre fenômenos distintos do europeu.

Diagnosticada essa problemática, teóricos das periferias - tais como: Briceño Ruiz, Rivarola e Casas (2012); Paikin, Perrotta e Porcelli (2016) - lançaram uma agenda de estudos cujo objetivo consiste em reivindicar, resgatar, revisar e valorizar aportes teóricos não-europeus, aplicando-os no entendimento das iniciativas de integração e regionalismo desenvolvidas no Sul Global, em especial, no contexto latino-americano².

Dentre esses teóricos, José Briceño Ruiz - intelectual venezuelano com formação nas áreas de Ciência Política, Direito e Relações Internacionais - vem se destacando por desenvolver dois eixos de análise: (1) eixo da análise empírica, destinado ao entendimento dos arranjos contemporâneos do Regionalismo Latino-Americano (RLA) - tais como o Mercosul e a Aliança do Pacífico; (2) o eixo da pesquisa histórico-teórica, direcionado ao revisionismo dos acumulados históricos do RLA, no século XIX e XX, sobre a autonomia política e o desenvolvimento econômico.

² Paikin, Perrotta e Porcelli chamam essa agenda de “*Programa de Investigación en Pensamiento Latinoamericano*” e definem o pensamento regional como sendo um conjunto de “ferramentas teóricas e conceituais próprias, surgidas na América Latina a partir dos movimentos de luta pela independência, para compreender a unidade” (PAIKIN, PERROTTA E PORCELLI, 2016, p. 56, tradução nossa).

Inserido nesse segundo eixo, o livro *“Las teorías de la Integración regional: más allá del eurocentrismo”* - publicado em 2018, pelo *“Centro de Pensamiento Global”* - representa, em seus cinco capítulos e 217 páginas, o coroamento da evolução das ideias desse autor, onde ele não só valoriza as *práxis* e as teorias do Sul Global, como também expressa - de forma mais acabada - a sua crítica às interpretações e aplicações acríticas da teoria europeia no entendimento de outras iniciativas de integração regional.

No Capítulo I, *“La teorización sobre la integración regional y el proceso de integración europea”*, Briceño Ruiz argumenta que, apesar de a UE ter se tornado a referência teórica e o principal caso empírico de Integração Regional (IR) econômica e política, a integração nunca foi um fenômeno exclusivamente europeu. No Sul Global, subdesenvolvido e periférico, existiram formulações teóricas e tentativas práticas de IR contemporâneas e, muitas vezes, precedentes à experiência do Velho Continente. No livro, o autor mostra como a América Latina é o principal exemplo disso. Desde o século XIX, antes mesmo do surgimento da Comunidade Europeia do Carvão e Aço (CECA), o Continente foi marcado por teorizações (como a de Alejandro Bunge)³ e projetos políticos (como o da *Gran Colômbia*) que no século XX foram endossados, economicamente, por Raul Prebisch e pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), e aperfeiçoados, politicamente, pelos autonomistas Juan Carlos Puig e Helio Jaguaribe. Essa evolução teórica foi acompanhada pelo surgimento de iniciativas regionais, entre as décadas de 1960 e 1970 - tais como: Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), o Mercado Comum Centro-Americano (MCCA) e a Associação Caribenha de Livre Comércio (Carifta) - emergidas, simultaneamente, a outros arranjos na África e Ásia.

Por meio dessas ilustrações, Briceño Ruiz demonstra que a IR sempre foi um fenômeno mundial, com múltiplas manifestações e formatações apesar de ter ganhado uma outra dimensão com o “velho regionalismo” da Europa. Nesse ponto, o autor ressalta que, mesmo com o advento do “novo regionalismo”, no final do século XX, que se vendeu como “um processo não exclusivamente europeu”, a experiência europeia continuou sendo a referência de projeto e processo de IR, econômica e política, teórica e empiricamente seja para os acadêmicos ou *policy-makers*. Até hoje *“a UE é vista como o que em inglês se*

³ Para o leitor que está se inserindo agora no debate, conforme dito, esta obra representa o ápice do pensamento teórico de Briceño Ruiz. Logo, neste livro ele não ilustra tanto essas iniciativas. Elas foram aprofundadas em: BRICEÑO RUIZ; RIVAROLA PUNTIGLIANO; CASAS GRAGEA (2012).

descreve como ‘comparator’, isto é, o caso que serve como referência para avaliar os outros casos de integração no mundo” (BRICEÑO RUIZ, 2018, p. 24, tradução nossa).

Assim, para Briceño Ruiz, não é problemático o fato de essa região ter se tornado *per se* a referência, mas sim quando o caso europeu tornou-se normativo, prescritivo, excludente, exclusivo e passou a exportar um falso universalismo - “[...] *mediante o qual a integração europeia em geral e a UE em particular se converteram no fazedor, no modelo, no paradigma a partir do qual teorizar, comparar e desenhar tanto instituições como políticas no resto do mundo*” (SÖDERBAUM, 2013, p. 1 *apud* BRICEÑO RUIZ, 2018, p. 25, tradução nossa).

É a partir desse embasamento que Briceño Ruiz lança a tese do eurocentrismo, presente nas mais variadas manifestações práticas e vertentes teóricas do regionalismo internacional. Entretanto, como o eurocentrismo é um conceito difundido, com múltiplas manifestações, interpretações e instrumentalizações, o autor faz uso da categoria “UE centrismo” - definida por Acharya como:

[...] a tendência a julgar outros regionalismos em termos de um ponto de referência que surge, em grande medida, dos processos e instituições da UE, enquanto que ignora outros possíveis enfoques do regionalismo e se nega a ver sua trajetória em termos dos objetivos por eles propostos (ACHARYA, 2016, p. 110 *apud* BRICEÑO RUIZ, 2018, p. 26, tradução nossa).

Partindo desse entendimento, ele ilustra como esse conceito se manifesta dentro e fora da Europa. No caso dos estudos sobre a integração europeia, os *European studies*, ao partirem do pressuposto de que as características da UE são aquelas que devem ser observadas em qualquer processo de integração, tendem a considerar as iniciativas da Ásia, África e América Latina - que não seguem os cânones europeus - como débeis ou informais. Essa tendência, que já estava presente na primeira metade do século XX, se acentuou a partir de 1980 concomitantemente com a hegemonia do “novo regionalismo”, quando os UE *studies* tornaram-se *mainstream*, passando a delimitar e disciplinar qual é a forma adequada de produzir conhecimento, quais trabalhos são considerados admissíveis, quais são as normas para conduzir uma investigação e quais são as demais fronteiras ontológicas, metodológicas e epistemológicas da disciplina de Regionalismo Internacional (ROSAMOND, 2007 *apud* BRICEÑO RUIZ, 2018). Fora da Europa, o eurocentrismo se manifesta nas construções teóricas e se concretiza nos próprios arranjos de IR. Do ponto de vista da produção teórica, Briceño Ruiz mostra como esse fenômeno está presente na América Latina, onde há uma série de estudos que relacionam o RLA com o neofuncionalismo, com o liberalismo

intergovernamental, com o intergovernamentalismo e com a necessidade de tornar os arranjos supranacionais. Do ponto de vista empírico, o autor também aborda como essa discussão teórica transborda para as políticas públicas de tal modo que, no âmbito da Integração Econômica (IE), busca-se aplicar a lógica etapista - que se inicia como um zona de livre comércio e vai avançando rumo a lógicas mais complexas - associada a uma Integração Política (IP) - que tenta replicar ora o modelo de supranacionalidade europeu (como foi o caso da Comunidade Andina) ora a lógica da intergovernamentabilidade (como fez o Mercosul).

Para Briceño Ruiz, o eurocentrismo é nocivo porque, ao tentar universalizar as teorias a partir da experiência europeia, ofusca as demais iniciativas mundiais, podendo ser instrumentalizado para apagar o contexto, a lógica e as motivações próprias que levam cada região a fomentar o regionalismo, em geral, e a integração regional, em específico. O UE centrismo projeta a Europa de tal modo que “[...] *nenhuma outra região no mundo é vista: primeiro como um modelo, segundo, como um ponto de referência, terceiro, como um exportador de integração e quarto, como um exportador de normas*” (MURRAY, 2010, p. 310 *apud* BRICEÑO RUIZ, 2018, p. 24, tradução nossa).

Diagnosticados e apresentados os efeitos do eurocentrismo, no Capítulo II, “*Integración regional y el debate Estado, mercado y desarrollo económico*”, Briceño Ruiz mostra as contradições desse fenômeno no entendimento das teorias de integração econômica periféricas. Conforme demonstra o autor, apesar das assimetrias entre os países, a Europa Ocidental já estava industrializada quando iniciou o seu processo de integração. Por isso que a teoria de IE *mainstream* orientou-se para as premissas de Jacob Viner - que se dedicou a estudar os efeitos das uniões aduaneiras sobre o bem-estar e dicotomia “criação *versus* desvio do comércio” - e para a teoria de Bela Balassa - quem percebia a integração como um processo que ia se complexificando rumo à união econômica. Em via contrária, nas periferias, os países além de serem assimétricos eram subdesenvolvidos. No caso da América Latina em específico, a teoria econômica produzida em meados do século XX, paralelamente à europeia, direcionou-se para o objetivo de alcançar o desenvolvimento, no qual a integração era um componente da teoria desenvolvimentista que buscava a transformação produtiva da região via processo de industrialização por substituição de importação. A CEPAL, de modo geral, e Prebisch, em específico, ao formularem a teoria de IE, tinham como cerne o estabelecimento de um mercado comum que, ao ampliar os mercados para o âmbito latino-americano, superaria uma industrialização limitada a mercados nacionais, fomentaria o livre comércio

entre as indústrias nascentes, assim como serviria como uma arena onde tais indústrias poderiam aprender a competir e, uma vez maduras, se inserir nos mercados mundiais. Enquanto que para Viner o mercado atuando por meio do livre-comércio era o agente central para a promoção do bem-estar e da união econômica, para a CEPAL e Prebisch, o Estado - atuando por meio da planificação, em aliança com o setor privado e amparado em um mercado comum - era o agente central da transformação das estruturas produtivas da América Latina e, conseqüentemente, desenvolvimento.

Apresentadas as controvérsias do eurocentrismo sobre as teorias de IE, no capítulo III, “*La integración y el Estado nación*”, Briceño Ruiz aponta as contradições das teorias políticas de integração quando aplicadas às realidades periféricas. Conforme demonstra o autor, na Europa o debate *mainstream* sobre IP girou em torno dos paradigmas: transcender ou não o Estado? Ceder ou não soberania a fim de garantir a paz e responder às demandas da interdependência internacional? Nesse sentido, independentemente da corrente teórica (fosse ela funcionalista, neofuncionalista, federalista ou intergovernamentalista): (1) o objeto de discussão era o Estado westfaliano/soberano; (2) e o fim era a paz. No caso das periferias, entretanto, tais paradigmas nunca foram centrais porque: (1) o Estado não é westfaliano, mas sim uma invenção pós-colonial; (2) e o fim da IP não é garantir a paz, mas sim a existência e a autonomia de Estados que, apesar de serem formalmente soberanos, são dependentes e historicamente marcados por interferências externas. No caso da América Latina, em específico, além dos pontos supracitados, a paz nunca foi o cerne das teorias de integração política porque o Continente é, *per si*, pacífico, isto é, nunca foi palco e protagonista de guerras com proporções mundiais. Por isso que a teoria de integração política latina, para além do paradigma “transcender ou não o Estado” buscou fortalecê-lo em termos de autonomia política, incrementando a sua margem de manobra no sistema internacional - tal como preconizaram Juan Carlos Puig e Helio Jaguaribe.

Enquanto que nos Capítulos II e III Briceño Ruiz mostra as contradições das teorias de IP e IE, no Capítulo IV, “*Ideas, identidades e intereses en la integración regional: el contraste entre Europa y América Latina*”, ele adentra em um campo ainda mais subjetivo, mas não menos importante, das teorias de integração regional e sua relação com o eurocentrismo. O autor demonstra como as periferias, ao se preocuparem em aplicar as teorias de integração político e econômica europeias, não foram capazes de dimensionar a importância das ideias, narrativas, discursos, valores, identidades e interesses no

entendimento dos seus processos de integração regional e de regionalismo. Nesse sentido, Briceño Ruiz elucida que, enquanto na Europa tais elementos foram aprofundados pelas mais variadas vertentes do construtivismo, na América Latina tais temáticas não são exploradas de forma ampla e rigorosa, pois reina um “a-historicismo” que, ao conceber a história do RLA apenas a partir das propostas de Prebisch, considera todos os antecedentes como “proto-história”. O componente histórico, assim como a subjetividade da evolução das ideias, identidades e interesses são negligenciados porque não interessam aos estudos de conjuntura (objetivados em mensurar a dimensão instrumental da integração regional) ou porque considera-se suficiente recorrer a um par de citações de Simón Bolívar sobre unidade continental.

No Capítulo V, “*Instituciones, supranacionalidad y gobernanza*”, Briceño Ruiz demonstra como a aplicação acrítica e descontextualizada de conceitos como “governança multinível” e “supranacionalidade” revelam a aparência de um fenômeno cuja essência é eurocêntrica e tende a transplantar mecanismos institucionais que não são funcionais para outras regiões, bem como implantar conceitos e debates alheios às realidades periféricas/latino-americanas. Entretanto, à guisa de conclusão, o autor alega que não se trata de rechaçar os aportes teóricos e a *práxis* do continente europeu. Isso seria adotar um provincianismo ou um eurocentrismo invertido e desconsiderar que a UE é uma experiência de larga trajetória, um laboratório de referência cuja utilidade, quando levados em conta as especificidades e os contextos regionais, é ampla.

Contudo, o autor conclui que é necessário ir mais além do eurocentrismo; avaliar o grau de abstração e contextualizar as categorias europeias; deixar de considerar a UE como um *comparator*; não aceitar o seu papel disciplinador; considerar o acervo histórico e teórico das periferias, assim como evidenciar o valor explicativos das categorias nelas criadas.

Nesses cinco capítulos, portanto, Briceño Ruiz aborda a problemática do eurocentrismo de forma tão leve que capta o público iniciante, e modo tão embasado que chega a cativar veteranos na temática da integração e do regionalismo. Por ter grande parte da formação realizada em universidades europeias, o autor teria todas as características para ser um reprodutor do “UE centrismo”. Porém, canalizou o conhecimento adquirido de modo a construir uma “*mirada*” holística, latino-americana, sobre a UE e denunciar a tendência ao eurocentrismo. Na verdade, esse argumento sempre esteve presente nas suas publicações e vinha acompanhado da valorização da história das ideias e do saber do Sul Global. Mas é uma

das primeiras vezes que ele aparece de forma tão explícita e objetiva que nos leva a crer que esta obra represente, proposital ou acidentalmente, um ponto de interseção entre a disciplina de Regionalismo Internacional e o movimento vanguardista decolonial (que também questiona o eurocentrismo a partir da Geopolítica do Conhecimento e Colonização do Saber).

REFERÊNCIAS:

ACHARYA, A. Regionalism Beyond eu-Centrism. In: BÖRZEL, T. A.; RISSE, T. **The Oxford Handbook of Comparative Regionalism**. [S. l.]: Oxford University, 2016.

BRICEÑO RUIZ, José. **Las teorías de la integración regional: más allá del eurocentrismo**. Bogotá: Universidad Cooperativa de Colombia: Centro de Pensamiento Global, 2018. Colección de bolsillo Acontecer Mundial - Tomo 8. ISSN 2500-7696; 8.

BRICEÑO RUIZ, José; RIVAROLA PUNTIGLIANO, A; CASAS GRAGEA, A. **Integración Latinoamericana y Caribeña. Política y Economía**. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 2012.

MURRAY, Philomena. Comparative regional integration in the EU and East Asia: Moving beyond integration snobbery. **International Politics**, v. 47, n. 3-4, p. 308-323, 2010.

PAIKIN, Damián; PERROTTA, Daniela; PORCELLI, Emanuel. Pensamiento latinoamericano para la integración. **Crítica y Emancipación**, v. 8, n. 15, p. 49-80, 2016.

ROSAMOND, Ben. European integration and the social science of EU studies: the disciplinary politics of a subfield. **International Affairs**, v. 83, n. 2, p. 231-252, 2007.

SÖDERBAUM, Fredrik. What's Wrong with Regional Integration? The Problem of Eurocentrism. **The Problem of Eurocentrism**, 2013.